

Políticas Públicas

Pelo Aborto Legal e Seguro

Está em debate hoje, na reunião do CNDM, em Brasília, a comissão tripartite que será coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), com a tarefa de revisar a legislação restritiva e punitiva sobre o aborto.

A reunião é realizada num contexto de derrota na Câmara de Deputadas/os, que fica agora sob a presidência do deputado Severino Cavalcanti, ligado a forças políticas conservadoras e fundamentalistas. Por isso, o debate de hoje entre as conselheiras do CNDM se reveste de uma responsabilidade imensa, neste contexto de ameaça a conquistas e a proposições defendidas pelos movimentos sociais, especialmente no caso das mulheres.

A comissão tripartite cumpre a diretriz pela revisão da legislação do aborto, aprovada na I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e demonstra que o Governo Federal está buscando orientar suas políticas com base no preceito constitucional que assegura a laicidade do Estado brasileiro. Ao contrário do que pregam alguns grupos religiosos fundamentalistas, apenas o Estado laico pode garantir direitos humanos para todas as pessoas, contribuindo para a convivência democrática, plural e pacífica.

Esperamos que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com ousadia e determinação, possa enfrentar o conservadorismo que cresce nos espaços políticos brasileiros.

Evolução

Falando em luta contra os fundamentalismos, foi comemorado pela primeira vez no Brasil, no último sábado, 12, o Dia de Darwin. A data foi lançada há 10 anos por Robert Stephens, da Stanford University, em reação à propagação da perspectiva criacionista, que se coloca contrária à teoria da evolução proposta pelo cientista inglês Charles Darwin.

No Brasil, a comemoração pelo Dia de Darwin, no Rio de Janeiro, foi "providencial", de acordo com a coordenadora do evento, a bióloga Isabel Landim. Segundo ela, a escolha do Rio para o evento está relacionada com a política educacional que foi instituída pelo ex-governador Anthony Garotinho: o ensino do criacionismo na rede pública estadual. Esta proposta teve continuidade na gestão da governadora Rosinha Matheus, esposa de Garotinho, que contratou 500 professoras/es de religião no ano passado, entre católicos, evangélicos e de outros credos. (fonte: Estado de São Paulo).

Contra os fundamentalismos

Aliás, Anthony Garotinho, segundo noticiou a imprensa, foi um dos grandes articuladores da vitória do parlamentar Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara de Deputadas/os. Além de Cavalcanti, passa a compor a mesa diretora da Câmara um dos representantes dos setores oligarcas, o deputado Inocêncio de Oliveira.

Este fortalecimento do conservadorismo na Câmara, por outro lado, permitirá uma melhor visibilidade do posicionamento destas forças políticas e poderá levar a sociedade civil a também melhor posicionar-se frente às ações destes grupos, que têm ameaçado continuamente, por exemplo, a luta pela reforma agrária, os direitos das mulheres, os direitos reprodutivos e direitos sexuais da sociedade como um todo, particularmente de lésbicas, gays, transexuais e transgêneros, entre outras ações.

Beijing + 10

Com o objetivo de discutir e avaliar a implementação das resoluções da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e o CNDM promovem dia 17, em Brasília, o Diálogo Nacional – Beijing +10: avanços e desafios.

Na programação, duas mesas que vão tratar de conjuntura internacional e nacional, dez anos após a Conferência de Beijing, e ainda avaliar a implantação de sua Plataforma de Ação. Da primeira mesa, participam como debatedoras Ana Falu (Unifem) e Schuma Schumacher (AMB). Nilza Iraci (AMNB) e uma representante da Bancada Feminina no Congresso Nacional serão as debatedoras na segunda mesa.

A ministra Nilcéia Freire estará na mesa que avaliará a implementação da Plataforma, no Brasil, e deverá considerar em sua apresentação a Resposta do Estado Brasileiro ao Questionário sobre a Aplicação da Plataforma (veja seção CONtextos).

Participam do Diálogo Nacional, além do CNDM, integrantes dos conselhos estaduais, secretarias e coordenadorias da mulher de estados e municípios, Bancada Feminina do Congresso Nacional, Ministérios e Secretarias Especiais. Também foram convidadas organizações dos movimentos de mulheres e feminista, além de representantes dos organismos internacionais Unifem, FNUAP, OIT e CEPAL.

Mais informações sobre o processo Beijing +10 em: www.feministasbeijing10.org.uy.

Ação Feminista no FSM (III)

Dando continuidade à divulgação da ação feminista no FSM, inserimos esta semana, no site da AMB, informes sobre a *Plataforma Global de luta pela Água* e sobre o lançamento da *Campanha Saúde Não é Comércio*. A Plataforma é resultado do seminário da Aliança Social Continental e a Campanha será coordenada pela Articulação Um Mundo, Uma Luta.

Leia mais no endereço <http://www.articulacaodemulheres.org.br/publicar/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=71>, onde estão outras notícias sobre feministas no FSM.

O site da AMB também está com a seção Álbum de Fotos atualizada, expondo imagens da quinta edição do FSM (fotos: Carla Batista/AMB).

Violência na Amazônia

O assassinato da irmã Dorothy, no último dia 12, no município de Anapu (Pará), aconteceu numa das regiões mais violentas da Amazônia brasileira, marcada por conflitos e disputas pela posse das terras e dos demais recursos naturais.

Defensora das agricultoras e agricultores posseiros e do desenvolvimento sustentável na região, a Irmã Dorothy não é apenas mais uma mulher que morre na luta por reforma agrária e desenvolvimento sustentável, numa região onde circulam grupos fortemente armados, que ameaçam permanentemente mulheres e homens indefesos/os. Esta é a opinião de Igina Sales, do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense. Para ela, a Irmã Dorothy, da Comissão Pastoral da Terra, é uma entre as mulheres que lutam por um projeto de transformação social na Amazônia. E esta luta continua entre as amazônidas de Belém e das demais cidades da região.

A AMB enviou carta ao CNDM solicitando às conselheiras que o Conselho se engaje, tanto na cobrança da apuração do assassinato, como no esforço de barrar a violência na Amazônia, que atinge todas aquelas que lutam pelo direito a ter direitos.

CONtextos

Anexamos a esta edição nota pública de Jean-Pierre Leroy (relator nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente) e Daniel Ribeiro Silvestre (assessor da relatoria), que afirmam: “a Irmã Dorothy foi calada por enfrentar madeireiros e lutar por um modelo de desenvolvimento justo e sustentável, como defendido pelos movimentos sociais da região e este é mais um episódio da barbárie que assola as áreas rurais em diversas regiões do país...”.

No segundo anexo, repassamos a Resposta do Estado Brasileiro ao “Questionário sobre a aplicação da Plataforma de Ação de Beijing (1995) e os resultados do vigésimo terceiro período extraordinário de sessões da Assembléia Geral (2000)” para conhecimento de todas as ativistas do movimento de mulheres e feministas que acompanham o processo Beijing +10. A Resposta ao Questionário é o documento oficial do Governo Brasileiro e será encaminhado à 49ª Sessão da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, da ONU (CSW, na sigla em inglês).